



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008121-24.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência**
 Requerente: **Marco Aurélio Terroni**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Os policiais militares fazem jus ao abono de permanência.

A Lei Complementar Estadual nº 943/2003, também aplicável aos militares por força do art. 2º, IV, concedia, no seu único artigo da disposição transitória, a isenção do recolhimento da contribuição previdenciária para o agente público que "tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária ou vier a completá-las, de acordo com a legislação vigente, e que permanecer em atividade no serviço público".

Nota-se que os militares, no Estado de São Paulo, já desde aquela época, não foram preteridos de benefício instituído em favor de quem, podendo aposentar-se, opta por não fazê-lo.

Nesse sentido, não há razão para se supor que a regra instituída pela Emenda



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Constitucional nº 41/2003, inserindo § 19 no art. 40 da Constituição Federal, não se aplique aos militares do Estado de São Paulo.

Com efeito, aquele dispositivo dispõe que o servidor "que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária ... e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória".

Nota-se que a função, no sistema, da isenção do recolhimento da contribuição previdenciária, e do abono de permanência, é exatamente a mesma: propiciar ao agente público que, podendo, não se aposentou, vantagem patrimonial na exata extensão da contribuição previdenciária, até a sua aposentadoria compulsória.

Logo, por interpretação sistemática se conclui: se os militares tinham direito à isenção da contribuição previdenciária, tem também ao abono de permanência.

Frise-se que a norma constitucional é de eficácia imediata. Sua redação denota a desnecessidade qualquer regulamentação, por indicar todos os pressupostos necessários para a sua aplicação.

Não bastasse, em São Paulo, a partir da entrada em vigor da Lei Complementar Estadual nº 1.012/2007, indiscutível que os militares tiveram expressamente garantido o abono – outrora decorrente da norma constitucional interpretada em conjunto com legislação estadual.

De fato, o art. 11 dessa lei assegura o direito de permanência aos servidores, enquanto que o art. 13, parágrafo único garante aos servidores militares as regras previstas nos arts. 8º e seguintes: ou seja, inclusive a do art. 11.

No sentido da presente sentença, a jurisprudência amplamente majoritária do TJSP: Ap. 0031858-36.2013.8.26.0053, Rel. Osvaldo de Oliveira, 12ª Câmara de Direito Público, j. 15/06/2015; Ap. 3000955-05.2013.8.26.0590, Rel. Manoel Ribeiro, 8ª Câmara de Direito Público, j. 13/05/2015; Ap. 1022753-81.2014.8.26.0053, Rel. Claudio Augusto Pedrassi, 2ª



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Câmara de Direito Público, j. 07/04/2015; Ap. 0019084-08.2012.8.26.0053, Rel. Cristina Cotrofe, 8ª Câmara de Direito Público, j. 10/09/2014; Ap. 0020337-06.2011.8.26.0590, Rel. Danilo Panizza, 1ª Câmara de Direito Público, j. 11/03/2014.

Prosseguindo, tem razão a parte ré na impugnação feita aos cálculos que instruem a inicial, vez que como o autor preencheu os requisitos para a aposentadoria no dia 07 de janeiro de 2014 (pág. 12), evidente que o abono de permanência não é devido para a competência do mês de dezembro de 2013, à qual diz respeito o holerite de pag. 13 e que foi indevidamente incluído, portanto, no cálculo de pag. 20. Frise-se que em réplica o autor não impugnou essa alegação.

O abono de permanência tem caráter remuneratório, não indenizatório. Integra a base de cálculo do imposto de renda. Todavia, sobre ele não incide contribuição previdenciária, considerada a sua própria função, indicada nesta sentença.

Julgo procedente em parte a ação e CONDENO a ré a pagar ao autor o equivalente ao montante descontado a título de contribuição previdenciária nos holerites de págs. 14, 15, 16, 17, 18 e 19, com atualização monetária desde cada "data pagto" e juros moratórios desde a citação.

Determino a aplicação, como índice de atualização monetária, do IPCA-E, para todo o período de incidência, em aplicação do Tema 905 do Superior Tribunal de Justiça. Em relação ao Tema 810 do Supremo Tribunal Federal, a despeito do efeito suspensivo atribuído pelo Relator Min. LUIZ FUX aos embargos declaratórios opostos contra o acórdão no RExt 870.947, calha referir que a inconstitucionalidade do índice de correção previsto na Lei nº 11.960/09 já havia sido proclamada, por arrastamento, nas ADIs 4357 e 4425. De qualquer maneira, **para assegurar a autoridade da Suprema Corte, fica desde já estabelecido pelo juízo que eventual modulação de efeitos que venha a ser empreendida no RExt 870.947 deverá ser observada na presente causa, assim como eventual alteração no que toca ao próprio julgamento.**

Os juros moratórios, por sua vez, observarão o disposto na Lei nº 11.960/09, correspondendo à remuneração adicional aplicada às cadernetas de poupança.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Quando do pagamento único, serão retidos os montantes devidos a título de imposto de renda, mês a mês.

Deixo de condenar a ré ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários advocatícios ante o que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**